

**Parecer do Conselho Fiscal, de Responsabilização e Controlo
sobre o Plano e Orçamento para 2016
da Amnistia Internacional Portugal**

Nos termos do disposto no artigo 26º dos Estatutos da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional, o Conselho Fiscal, de Responsabilização e Controlo (CFRC) conduziu uma análise detalhada do Plano e do Orçamento para o ano de 2016 e apresenta as conclusões, que aprovou por unanimidade.

1. Plano de Atividades (Plano Operacional) para 2016

O CFRC considera que o Plano Operacional proposto para 2016 é adequado à prossecução dos objetivos da AI Portugal, conciliando a relevância do trabalho a nível internacional e local, com uma aposta na otimização de recursos e harmonização das diferentes áreas, na mobilização de apoiantes e membros (de acordo com o Plano de Crescimento) e com uma aposta adicional no ativismo (que se reflete também no plano orçamental). O CFRC reforça ainda a importância da intenção expressa pela Direção de assegurar a "agilização e aprofundamento da capacidade de reportar a situação financeira da AI Portugal, em tempo real", num ano em que, no âmbito do Plano de Crescimento, há mais riscos assumidos no plano financeiro e em que, portanto, uma gestão prudente requer uma monitorização adequada da execução orçamental.

O CFRC recomenda, assim, a aprovação do Plano de Atividades da AI Portugal para 2016.

2. Orçamento para 2016

O CFRC considera que o Orçamento proposto para 2016 é adequado ao Plano Operacional e aos objetivos da AI Portugal, incorporando alterações estratégicas decorrentes do Plano de Crescimento. Salientamos que o resultado líquido negativo (de 123 463.31 Euros) decorre da aposta no Plano de Crescimento (sobretudo com o aumento da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos) e na campanha de promoção de donativos de IRS, havendo equilíbrio nas demais

componentes orçamentais. As restantes alterações mais significativas face a 2015 prendem-se com um acréscimo nas despesas com recursos humanos, em função do aumento da equipa em 2015 e da contratação de uma pessoa a meio tempo para EDH em 2016, para além de uma revisão da grelha salarial, e com o decréscimo das quotizações internacionais.

Em função da posição financeira da Secção, o risco é controlado, embora seja recomendável uma monitorização ainda mais atenta da execução orçamental e uma avaliação da qualidade das previsões de retorno dos diversos investimentos, para permitir eventuais ajustes de política orçamental a curto e a médio prazo.

O CFRC recomenda, portanto, a aprovação do Orçamento da AI Portugal para 2016.

Paulo Côrte-Real

António Belo

Mariana Violante